

Incentivos vão custar R\$ 16,2 bilhões em 99

Volume de gastos está próximo dos R\$ 20 bilhões que estão sendo cortados no combate ao déficit público

CLEY SCHOLZ

Os incentivos fiscais, subsídios e isenções concedidos pelo governo federal terão um custo de R\$ 16,2 bilhões no ano que vem, valor quase tão expressivo quanto o corte de despesas que todo o setor público terá de fazer dentro do programa de ajuste fiscal, que deve chegar a R\$ 20 bilhões. Existem propostas em estudo para reduzir o valor da chamada renúncia fiscal, mas a discussão envolve interesses políticos e econômicos e tão cedo não será resolvida.

Segundo tributaristas, a extensa lista de benefícios fiscais nem sempre inclui uma política de fiscalização dos recursos aplicados, o que muitas vezes faz com que o dinheiro de impostos que deixa de ser arrecadado seja desviado para favorecer grupos econômicos, políticos ou interesses pessoais. Ao longo da história, inúmeros exemplos de fraudes na área de incentivos comprovam as falhas dessa política de tentar estimular regiões ou setores econômicos pela renúncia fiscal.

Como já tentou inúmeras vezes no passado, o governo voltou a cogitar, nos últimos meses, a possibilidade de rever os incentivos por meio de mudanças na legislação. Para o tributarista Raul Haydar, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), a política de concessão de incentivos fiscais adotada pela União e pelos Estados é equivocada e não apresenta resultados proporcionais aos valores que deixam de ser arrecadados.

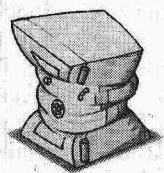
"O mais correto seria estimular a atividade econômica por meio da redução da carga tributária proporcionalmente ao aumento da produção", afirma o advogado. Segundo ele, se todos os incentivos concedidos na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tivessem realmente sido aplicados em projetos na região, o Nordeste seria hoje mais desenvolvido que as regiões Sul e Sudeste. "O maior incentivo que o governo pode dar para o desenvolvimento econômico é criar condições para que haja mercado, investir em infraestrutura e estabelecer uma carga tributária civilizada", afirma.

Na opinião do tributarista Ives Gandra, o governo não tem grande margem para reduzir o tamanho da renúncia fiscal. Segundo ele,

muitos incentivos, como aqueles concedidos na Zona Franca de Manaus, estão previstos na Constituição e só podem ser alterados por meio de uma emenda aprovada no Congresso. "Na prática isso é muito difícil, pois os Estados mais atingidos são justamente os que possuem maior representação no Congresso", afirma Gandra.

Não é a primeira vez que o governo ameaça utilizar a estratégia de cortar as isenções fiscais para enfrentar as dificuldades de caixa. O pacote de medidas de novembro do ano passado, por exemplo, acabou com a isenção de 25% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) para as empresas instaladas no Norte e Nordeste. Com isso os novos projetos aprovados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) desde janeiro estão abatendo 75% do imposto devido, em vez de 100%. A arrecadação adicional do IRPJ esperada para este ano é de R\$ 276 milhões.

O ganho poderia ter sido duas vezes maior, se não fossem as pressões no Congresso. O projeto original previa a redução pela metade de todos os incentivos setoriais e regionais. Agora, novamente, surgem pressões contrárias à tentativa de diminuição da renúncia fiscal. Antes mesmo do anúncio oficial de qualquer medida relativa ao assunto, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) avisou da tribuna que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se a proposta de ajuste fiscal reduzir os incentivos da Zona



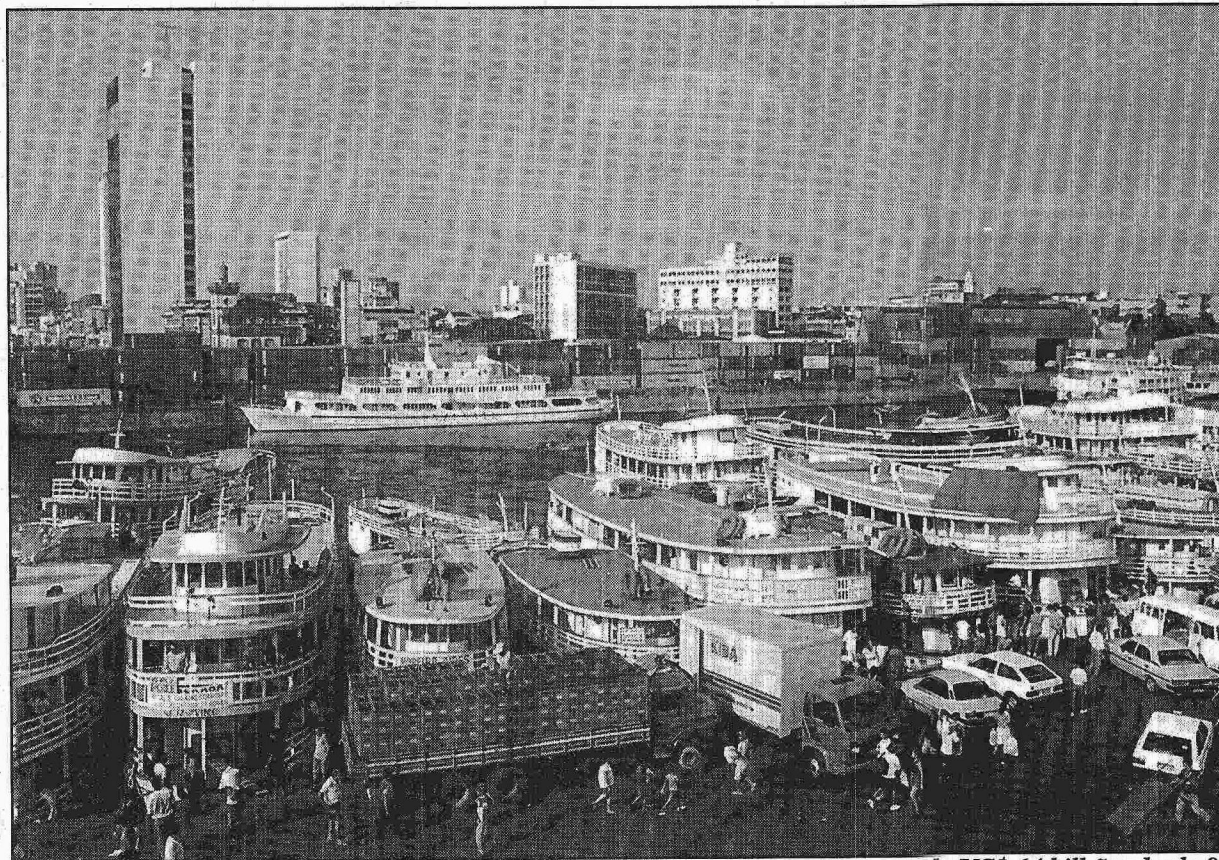
**RETORNO
NÃO COMPENSA
SUBSÍDIO, DIZ
TRIBUTARISTA**

Franca de Manaus.

Na Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio na Amazônia Ocidental, 520 indústrias e 2 mil empresas receberão no ano que vem cerca de R\$ 3 bilhões em incentivos fiscais — reduções do Imposto sobre Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do IPI vinculado à importação.

Os tributaristas também questionam a validade da chamada guerra fiscal entre os Estados. "O governo do Rio de Janeiro abriu mão de milhões de dólares em impostos para atrair uma fábrica da Volkswagen que vai criar apenas 350 empregos", exemplifica Haydar.

Ele critica as empresas que anunciaram investimentos no Nordeste interessadas apenas nos incentivos. "Muitas querem que o governo entregue, além do mercado, o dinheiro para o investimento, para que elas fiquem apenas com os lucros", afirma.



Porto de Manaus: incentivos à região voltam a ser discutidos por causa da perda de US\$ 64 bilhões desde 94

Alberto Cesar de Souza Araújo/AE